



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar
de Orçamento, Finanças e
Administração Pública

Of. nº 37/8ª-CECC/2015

28.janeiro.2015

Assunto: Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013

Junto remeto a V. Exa. o parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013, aprovado na reunião de hoje da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, com os votos favoráveis dos Deputados do PSD, PS e CDS-PP e votos contra da Deputada do PCP (anexando-se a declaração de voto que apresentou), registando-se a ausência dos representantes do BE e do PEV.

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

Presidente da Comissão,

(Abel Batista)



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Parecer

Conta Geral do Estado 2013

Autor: Deputado

Michael Seufert (CDS-PP)



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

PARTE I – CONSIDERANDOS

A) Nota Introdutória

A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública remeteu, nos termos legais e regimentais aplicáveis, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura a “Conta Geral do Estado relativa ao ano económico de 2013” a fim de esta elaborar o competente parecer.

Assim, o presente parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013 concentra-se exclusivamente sobre os indicadores de execução orçamental que compreendem os sectores **da Educação (incluindo todos os sistemas e graus de ensino), da Ciência, da Juventude, do Desporto e da Cultura.**

No âmbito da elaboração do presente parecer, foi analisado o documento “Conta Geral do Estado – ano de 2013” e respectivos anexos, o parecer do Conselho Económico Social (CES), o parecer do Tribunal de Contas e o parecer da Unidade Técnica do Apoio Orçamental (UTAO).

O Orçamento do Estado para 2013 (OE/2013) foi aprovado pela Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de Março, que estabelece as normas para a execução orçamental e, ainda, as circulares emitidas pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO).

A Lei do Orçamento do Estado para 2013 foi alterada pelas Leis n.º 51 e 83/2013, de 24 de julho e de 9 de dezembro, respetivamente. De acordo com o Parecer do Tribunal de Contas, *“a receita fiscal prevista foi reduzida em 4,5% na primeira alteração e aumentada na segunda, resultando numa redução global de 2,6%, parcialmente compensada por aumentos nas previsões de receitas não fiscais. As dotações para despesa aumentaram em 3,7%, sobretudo para activos financeiros, despesas com pessoal, transferências correntes, em particular para a segurança social e a CGA, tendo diminuído as dotações de juros e outros encargos e sido anulada a ‘reserva orçamental’. Foram aumentados os limites para a concessão de empréstimos e outras operações activas e do endividamento global direto.”*

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

B) Análise Sectorial

- De acordo com o relatório “Conta Geral do Estado 2013”, o Programa Orçamental 12 (Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar) teve, em 2013, um orçamento de 6143 milhões de euros (subsector Serviços Integrados – SI) e de 319,3 milhões de euros (subsector Serviços e Fundos Autónomos – SFA), resultando num orçamento consolidado de 6454 milhões de euros. De acordo com o mesmo documento, a execução orçamental foi de 97% (5932,7 milhões de euros) no subsector SI, de 40% (127,7 milhões de euros) no subsector SFA, e de 93,8% (6052,5 milhões de euros) no total consolidado.

Quadro I – Orçamento e execução do Programa 12 – Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar

QUADRO 172 - Programa 12 -Despesa por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento de 2013			Execução de 2013		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	6.064,5	94,2	6.150,7	5.870,6	99,2	5.921,8
Despesas com Pessoal	4.404,6	19,8	4.424,3	4.388,1	19,4	4.407,5
Aquisição de Bens e Serviços	97,8	31,7	129,5	85,3	9,0	94,3
Juros e outros encargos		30,0	30,0		28,6	28,6
Transferências Correntes	876,2	0,4	868,7	865,2	0,4	857,7
das quais: Intra-instituições do PO	8,0			7,9		
para as restantes Administrações Públicas	532,2		532,2	531,5		531,5
Subsídios						
Outras Despesas Correntes	685,9	12,3	698,2	531,9	1,8	533,7
Despesa de Capital	78,5	237,0	315,4	62,1	80,4	142,5
Aquisição de Bens de Capital	9,1	223,2	232,3	5,5	68,3	73,7
Transferências de Capital	17,0		17,0	15,2		15,2
das quais: Intra-instituições do PO	0,0			0,0		
para as restantes Administrações Públicas	15,6		15,6	13,9		13,9
Ativos Financeiros						
Passivos Financeiros		11,9	11,9		11,9	11,9
Outras Despesas de Capital	52,4	1,9	54,3	41,4	0,3	41,7
DESPESA TOTAL	6.143,0	331,1	6.466,1	5.932,7	139,6	6.064,3
Despesa Total excluindo transferências intra-instituições do PO	6.135,0	331,1	6.466,1	5.924,8	139,6	6.064,3
DESPESA EFETIVA	6.143,0	319,3	6.454,3	5.932,7	127,7	6.052,5

Transferências intra-instituições do PO (SI e SFA)

8,0

7,9

PO: Programa orçamental

Fonte: SÍGO-SCC e SÍGO-SFA

- Também de acordo com o relatório “Conta Geral do Estado 2013”, o Programa Orçamental 13 (Ensino Superior e Ciência) teve, em 2013, um orçamento de 1437,7 milhões de euros (subsector Serviços Integrados – SI) e de 2629,9 milhões de euros (subsector Serviços e Fundos Autónomos – SFA), resultando num orçamento consolidado de 2648,9 milhões de euros. A execução orçamental foi de 99,9% (1437,4 milhões de euros) no subsector SI, de 83,4% (2192,3 milhões de

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

euros) no subsector SFA, e de 83,5% (2212,8 milhões de euros) no total consolidado.

Quadro II – Orçamento e execução do Programa 13 – Ensino Superior e Ciência

QUADRO 173 - Programa 13 - Despesa por Classificação Económica

(Milhões de euros)

Designação	Orçamento de 2013			Execução de 2013		
	Estado	SFA	Total Consolidado	Estado	SFA	Total Consolidado
Despesa Corrente	1.256,9	2.189,3	2.282,5	1.256,7	1.869,9	1.964,4
Despesas com Pessoal	3,5	1.346,7	1.350,2	3,4	1.266,5	1.269,9
Aquisição de Bens e Serviços	1,6	456,4	458,0	1,4	306,7	308,1
Juros e outros encargos	0,0	0,6	0,6	0,0	0,5	0,5
Transferências Correntes	1.251,8	341,7	429,8	1.251,8	273,8	363,5
das quais: intra-instituições do PO	1.122,9	40,8		1.122,9	39,2	
para as restantes Administrações Públicas	0,0	1,1	1,2	0,0	0,7	0,8
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas Correntes	0,0	43,9	43,9	0,0	22,3	22,3
Despesa de Capital	180,9	442,2	368,0	180,7	323,3	249,3
Aquisição de Bens de Capital	0,5	218,0	218,4	0,3	111,2	111,5
Transferências de Capital	180,4	222,6	148,0	180,4	211,2	136,9
das quais: intra-instituições do PO	180,4	74,7		180,4	74,3	
para as restantes Administrações Públicas	0,0	5,6	5,6	0,0	5,6	5,6
Ativos Financeiros	0,0	1,2	1,2	0,0	0,5	0,5
Passivos Financeiros	0,0	0,4	0,4	0,0	0,4	0,4
Outras Despesas de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DESPESA TOTAL	1.437,7	2.631,5	2.650,5	1.437,4	2.193,1	2.213,7
Despesa Total excluindo transferências intra-instituições do PO	134,4	2.516,1	2.650,5	134,1	2.079,7	2.213,7
DESPESA EFETIVA	1.437,7	2.629,9	2.648,9	1.437,4	2.192,3	2.212,8

Transferências intra-instituições do PO (SI e SFA) 1.418,8 1.416,8

PO: Programa orçamental

Fonte: SÍGO-SCC e SÍGO-SFA

3. No âmbito da administração central do Estado, a execução orçamental consolidada do Programa Orçamental 12 (Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar) corresponde a 9,9% do total da despesa da administração central consolidada (61.270 milhões de euros), enquanto a execução orçamental consolidada do Programa Orçamental 13 (Ensino Superior e Ciência) corresponde a 3,6%.

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Quadro III – Despesa consolidada da Administração Central por ministérios

QUADRO 116 - Despesa Consolidada da Administração Central – por Programas Orçamentais

(milhões de euros)

Designação	Orçamento final (líquido de cativos)*			Execução de 2013			Grau de execução %
	Atividades	Projetos	Total consolidado	Atividades	Projetos	Total consolidado	
P001 - Órgãos de soberania	3.071	2	2.913	3.011	2	2.856	98,1
P002 - Governação e Cultura	791	95	789	710	64	679	86,0
P003 - Finanças e Administração Pública	18.384	23	13.923	17.983	12	13.523	97,1
P004 - Gestão da Dívida Pública	6.967		6.967	6.863		6.863	98,5
P005 - Representação Externa	421	14	364	413	7	348	95,7
P006 - Defesa	2.251	14	2.254	2.022	4	2.015	89,4
P007 - Segurança Interna	2.164	84	2.137	2.106	72	2.068	96,8
P008 - Justiça	1.768	138	1.619	1.511	74	1.389	85,8
P009 - Economia	1.898	1.296	3.116	1.565	1.100	2.614	83,9
P010 - Agricultura e Mar	824	905	1.470	683	873	1.308	89,0
P011 - Saúde	17.263	11	9.174	16.933	5	8.853	96,5
P012 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6.221	242	6.454	5.979	82	6.052	93,8
P013 - Ciência e Ensino Superior	3.312	756	2.649	2.948	682	2.213	83,5
P014 - Solidariedade Emprego e Segurança Social	10.734	13	10.659	10.651	9	10.586	99,3
P015 - Ambiente, O. Território e Energia	265	201	488	195	48	218	50,3
Sub-total	76.332	3.793	64.921	73.571	3.032	61.586	94,9
Transferência entre Programas Orçamentais da AC			388			316	81,4
Total da despesa da AC consolidada			64.534			61.270	94,9
Do qual:							
Financiamento Comunitário	1.657	1.385	3.031	1.254	962	2.206	72,8
Financiamento Nacional	74.675	2.408	61.503	72.316	2.070	59.064	96,0

Fonte: SCC e SIGO-SFA

Mapas contabilísticos gerais: MAPA XV – Despesas Correspondentes a Programas

Nota: Exclui Ativos e Passivos e Transferências do OE para o FRDP

* Dotação corrigida abatida de cativos

4. A execução orçamental, por classificação funcional do Estado, em Educação foi de 7120 milhões de euros (despesas dos serviços integrados – SI) e de 1937 milhões de euros (despesas dos serviços e fundos autónomos – SFA), o que corresponde a uma execução orçamental total de 9057 milhões de euros. A função social Educação corresponde, assim, a 5,1% da execução total (SI+SFA).

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Quadros IV e V – Execução por Funções do Estado (SI+SFA)

Mapa III

Despesas dos serviços integrados, por classificação funcional

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR SUBFUNÇÕES	POR FUNÇÕES
1	FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA		9 634 649 882,08
1.01	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4 739 082 097,57	
1.02	DEFESA NACIONAL	1 799 978 897,39	
1.03	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	3 095 588 887,12	
2	FUNÇÕES SOCIAIS		29 828 129 803,07
2.01	EDUCAÇÃO	7 120 241 825,87	
2.02	SAÚDE	8 588 762 766,61	
2.03	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS	13 795 470 726,67	
2.04	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	125 647 061,32	
2.05	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	198 001 422,60	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS		4 814 001 000,78
3.01	AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	378 032 162,24	
3.02	INDÚSTRIA E ENERGIA	167 324 546,00	
3.03	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	3 599 792 836,05	
3.05	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	668 851 456,49	
4	OUTRAS FUNÇÕES		99 324 740 493,70
4.01	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	94 824 861 332,03	
4.02	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	4 499 879 161,67	
	TOTAL GERAL		143 601 515 179,63

Mapa VIII

Despesas dos serviços e fundos autónomos por classificação funcional

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIAS EM EUROS	
		POR SUBFUNÇÕES	POR FUNÇÕES
1	FUNÇÕES GERAIS DE SOBERANIA		1 537 411 351,40
1.01	SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	862 592 236,47	
1.02	DEFESA NACIONAL	76 246 485,46	
1.03	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	598 572 629,47	
2	FUNÇÕES SOCIAIS		21 491 532 250,53
2.01	EDUCAÇÃO	1 936 957 041,36	
2.02	SAÚDE	9 030 981 963,56	
2.03	SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS	9 841 793 531,65	
2.04	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS	245 251 316,48	
2.05	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	436 548 397,48	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS		9 034 094 484,52
3.01	AGRICULTURA E PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	1 120 334 772,10	
3.02	INDÚSTRIA E ENERGIA	27 893 452,26	
3.03	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4 853 540 342,88	
3.04	COMÉRCIO E TURISMO	236 890 907,56	
3.05	OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 795 435 009,72	
4	OUTRAS FUNÇÕES		1 691 192 978,95
4.01	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	1 691 192 978,95	
	TOTAL GERAL		33 754 231 065,40

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

5. Em termos de despesa por classificação orgânica do subsector Estado em 2013, a Educação e Ciência teve um orçamento inicial de 7051 milhões de euros e um orçamento final de 7619,8 milhões de euros, sendo a execução orçamental de 7370,1 milhões de euros. Assim, a execução orçamental ultrapassa em 319,1 milhões de euros (4,5%) o orçamento inicial, e fica 249,7 milhões de euros (3,3%) abaixo do orçamento final. A educação e a ciência correspondem, deste modo, a 15,1% da execução total.

Quadro VI – Despesa por classificação Orgânica do Estado

QUADRO 56 - Análise por classificação orgânica do Subsector Estado

(Milhões de euros)

Ministério	Orçamento inicial	Orçamento final	Cativos finais	Execução orçamental	Execução Vs Orçamento inicial		Execução Vs Orçamento final		Estrutura execução %
					Valor	%	Valor	%	
					Encargos Gerais do Estado	2.874,8	2.877,8	2,8	
Presidência do Conselho de Ministros	273,8	270,0	19,0	229,1	-44,7	-16,3	-40,9	-15,1	0,5
Finanças	15.090,7	15.357,9	30,8	15.129,8	39,1	0,3	-228,1	-1,5	30,9
Negócios Estrangeiros	329,9	341,2	5,1	325,1	-4,8	-1,5	-16,1	-4,7	0,7
Defesa Nacional	2.086,8	2.136,6	34,7	1.887,1	-199,7	-9,6	-249,4	-11,7	3,9
Administração Interna	2.066,1	2.123,9	66,6	1.998,5	-67,6	-3,3	-125,4	-5,9	4,1
Justiça	1.160,8	1.316,4	6,0	1.174,5	13,7	1,2	-142,0	-10,8	2,4
Economia	159,7	159,6	12,5	169,8	-49,9	-31,3	-49,9	-31,3	0,2
Agricultura e do Mar	483,0	475,7	20,5	406,8	-76,2	-15,8	-68,9	-14,5	0,8
Saúde	7.873,0	7.954,3	4,6	7.930,5	57,5	0,7	-23,7	-0,3	16,2
Educação e Ciência	7.051,0	7.619,8	39,0	7.370,1	319,1	4,5	-249,7	-3,3	15,1
Solidariedade e da Segurança Social	8.920,8	9.452,4	3,3	9.435,1	514,3	5,8	-17,2	-0,2	19,3
Ambiente, do Ordenamento do Território e da Energia	70,1	65,8	7,8	43,7	-26,4	-37,7	-22,1	-33,6	0,1
Despesa Efetiva	48.440,3	50.151,3	252,9	48.902,3	461,9	1,0	-1.249,0	-2,5	100,0
Ativos financeiros	17.859,6	19.107,0	-	6.716,0	-11.143,6	-62,4	-12.391,1	-64,9	
Passivos financeiros	116.449,0	116.449,0	-	86.643,3	-29.805,7	-25,6	-29.805,7	-25,6	
Transferências para o FRDP	1.000,0	1.340,0	-	1.340,0	340,0	34,0			
Despesa Total	183.748,9	187.047,3	252,9	143.601,5	-40.147,4	-21,8	-43.445,8	-23,2	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento (SIGO-SCC).

Nota: Os valores identificados no quadro respeitam a valores não consolidados, incluem as transferências intrasectoriais no montante de 21,7 milhões de euros.

Mapas contabilísticos: Mapa II - Despesa dos Serviços Integrados, por classificação orgânica, especificadas por capítulos.

Elementos informativos: Mapas n.º 19 e 20 Despesas cruzadas segundo as classificações económica/orgânica e funcional/orgânica, respetivamente.

6. No relatório “Conta Geral do Estado 2013” (mapa II) assinala-se que, de acordo com os critérios de classificação orgânica da despesa, as despesas dos serviços integrados na área da Educação e Ciência foram os seguintes:

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Quadro VII

DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS, POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA, NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (em euros)

Gabinetes dos membros do governo	3 900 456,80
Serviços gerais de apoio à área do ensino básico e secundário e ciência	804 427 574,44
Estabelecimentos de educação e ensinos básico e secundário	5 105 258 183,75
Serviços gerais de apoio à área do ensino superior e ciência	141 719 512,59
Estabelecimentos de ensino superior e serviços de apoio	1 023 308 242,81
Projectos	291 469 135

7. Observando a despesa de funcionamento por programas, no relatório “Conta Geral do Estado 2013” (mapa XV), constata-se que a execução orçamental do programa 12 – “Ensino Básico E Secundário e Administração Escolar” foi de 6.072.273.282,75 euros, e que a execução orçamental do programa 13 – “Ciência e Ensino Superior” foi de 3.630.511.199,48 euros.
8. Sobre o sector da Cultura não existe, nos referidos documentos, informação específica acerca da execução orçamental da Secretaria de Estado da Cultura. Ainda assim, é possível verificar, no relatório “Conta Geral do Estado 2013” (mapa II), que, dentro da designação orgânica “Presidência do Conselho de Ministros”, a execução orçamental referente aos “Serviços da Secretaria de Estado da Cultura” foi de 66.904.656,36 euros.
9. Não existe informação específica sobre a execução orçamental nas áreas do Desporto e da Juventude. Existe, no entanto, informação acerca do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ), cujas receitas (mapa V) foram de 71.135.732,69 euros e cujas despesas (mapa VII) ascenderam a 68.892.125,72 euros.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

PARTE II – CONCLUSÕES

1. A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública remeteu, nos termos legais e regimentais aplicáveis, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, a Conta Geral do Estado relativa ao ano económico de 2013, acompanhada dos pareceres do Conselho Económico Social, do Tribunal de Contas e da Unidade Técnica do Apoio Orçamental, a fim de elaborar o competente parecer.
2. Salieta-se que o presente parecer, sobre a Conta Geral do Estado de 2013, incide exclusivamente sobre os indicadores de execução orçamental que compreendem os sectores da Educação, da Ciência, da Juventude, do Desporto e da Cultura.
3. Face ao exposto, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura é de Parecer que o presente relatório deve ser remetido à Comissão do Orçamento, Finanças e Administração Pública, nos termos do disposto na alínea c) do n.º1 do Regimento da Assembleia da República.

Palácio de S. Bento, 27 de janeiro de 2015

O Deputado autor do Parecer



(Michael Seufert)

O Presidente da Comissão



(Abel Baptista)



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Declaração de Voto
Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013

O PCP votou contra o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013 por entender que este documento traduz de forma clara – ainda que não recorra a análise comparada - a opção política reiterada do atual Governo PSD/CDS de desmantelamento das funções sociais do estado, privatização de serviços públicos, designadamente da educação. Este Parecer reflete uma redução significativa do investimento público ao ensino não superior, ensino superior e ciência e no favorecimento dos grupos privados que gravitam em torno do “mercado da educação e ciência”.

A Conta Geral do Estado de 2013 traduz que o financiamento público à educação, fica aquém das necessidades permanentes de funcionamento das escolas básicas e secundárias da rede pública, das instituições de ensino superior público, das unidades de investigação.

O desinvestimento público face a 2011 traduz uma opção de desvalorizar o sistema público de ensino e de ciência, com destaque para o facto de nesse ano se ter registado uma redução drástica de bolsas de investigação de doutoramento e pós-doutoramento, com consequências na emigração forçada de centenas de trabalhadores científicos, interrupção e abandono de projetos em curso.

Importa ainda referir que, a transparência na fiscalização e escrutínio dos elementos relativos a matérias da área da juventude fica muito aquém da adequada. No Relatório do Orçamento de Estado de 2013 surge a referência, por exemplo, ao Programa de apoio ao arrendamento jovem (Porta 65) sem que seja possível obter a sua dotação específica. O mesmo acontece relativamente à empresa Parque Escolar EPE, pois aprofundou-se a opacidade no escrutínio das despesas e investimentos respetivos.

O voto contra do PCP traduz a recusa em aceitar este caminho de desmantelamento das funções sociais do estado, de degradação e descredibilização da Escola Pública, das instituições de ensino superior público, do sistema científico e tecnológico nacional. Para o PCP há alternativa à política dos PEC's e da Troika, do agravamento da política de direita no nosso país.

A Escola Pública é um pilar do regime do regime democrático e a educação uma condição essencial ao desenvolvimento do país. Para concretizar esse objetivo é urgente a rutura com esta política e a concretização de uma política patriótica e de esquerda, de progresso e justiça social.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Assembleia da República, 29 de janeiro de 2015

As deputadas,

Rita Rato

Diana Ferreira